



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , DE 2011.
(Do Sr. Augusto Coutinho)

Solicita a realização de Audiência Pública, com a presença dos Senhores José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), Sergio Porto, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração, Incorporação e Loteamento de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais (Fesecovi), Murilo Celso de Campos Pinheiro, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e Haroldo Mattos Lemos, Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a fim de subsidiarem informações quanto aos diversos desabamentos ocorridos em todo território brasileiro e à necessidade de uma legislação que discipline as manutenções prediais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos arts. 24, VII, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, a fim de subsidiarem informações quanto aos diversos desabamentos ocorridos em todo território brasileiro e à necessidade de uma legislação que discipline as manutenções prediais, as seguintes personalidades:

1. Sr. José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);
2. Sr. Sergio Porto, Presidente da Federação Nacional das



Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração, Incorporação e Loteamento de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais (Fesecovi);

3. Sr. Murilo Celso de Campos Pinheiro, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).
4. Sr. Haroldo Mattos Lemos, Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

J U S T I F I C A T I V A

O ano de 2012 começou com destaque na imprensa para tragédias envolvendo desabamentos de edifícios, os quais ocasionaram a morte de dezenas de pessoas e deixaram tantas outras feridas. A questão dos desabamentos não é um problema pontual, exclusivo a determinado Estado ou região, mas trata-se de um caos de âmbito nacional. Tão pouco é uma questão dos tempos modernos, ao contrário, obras irregulares datam de tempos remotos.

A sociedade brasileira deve possuir a cultura da manutenção das edificações. Ou seja, os responsáveis pelos edifícios precisam se certificar da ausência de riscos para segurança da coletividade. Isso porque não há como exigir que o Estado faça-se presente em todas as reformas de cada unidade autônoma do território brasileiro. Quaisquer reformas ou obras devem ser precedidas da maior cautela possível, sendo necessário, em determinados casos, a emissão de laudo técnico por engenheiro credenciado.

Corroboro a solicitação da citada audiência pública trazendo aos nobres membros dessa Comissão alguns dados sobre desabamentos ocorridos somente nesse ano:

- Três prédios desabaram no estado do Rio de Janeiro no dia 25 de janeiro, deixando 17 vítimas fatais e 5 feridas;
- Em 06 de fevereiro, ocorreu outro desastre. Um edifício em



São Bernardo do Campo (SP) desabou, acarretando a morte de uma mulher e uma criança, além de seis feridos. Além disso, moradores de construções circunvizinhas tiveram que abandonar seus lares devido a possível ocorrência de outros desabamentos.

Ressalte-se que já tramita nessa Casa um Projeto de Lei de minha autoria, no qual há a previsão de como devem ser procedidas as manutenções prediais, bem como há capítulos destinado a emissão de Manual do Adquirente, obrigações dos Construtores, destacando a busca pela defesa do consumidor no referido projeto.

Diante do exposto, é dever dessa Casa buscar todos os meios que possibilitem debates acerca de eventos que trazem consequências para vida da população brasileira.

Destarte, entendemos que as personalidades supracitadas irão enriquecer o debate, vez que fazem parte de um grupo de renomados técnicos na área de construção civil.

Sala das Comissões, em de março de 2012.

**Deputado AUGUSTO COUTINHO
Democratas/PE**